

Autodeterminação religiosa, direito à intimidade e segurança em uma sociedade plural

Felippe Antônio Silva Pereira
Dion J
Cordeiro Dion Cordeiro
Larissa Fernanda Sbrissia

Resumo

O contexto plural da sociedade contemporânea, no que tange ao radicalismo de ideias, aponta para um sério problema de segurança no âmbito mundial. Neste trabalho, pretende-se problematizar o acesso da sociedade civil a diversos direitos fundamentais garantidos por uma constituição social, frente à ameaça ressurgente do terrorismo. A Carta Magna, garante aos cidadãos da república o direito da autodeterminação religiosa, não podendo haver qualquer privação de direitos oriunda de discriminação por convicção religiosa, filosófica ou política, direitos estes delimitados é claro, pelo bom senso do legislador constituinte, no que tange obrigações legais que atingem a totalidade do povo. No mesmo sentido, a Constituição prevê que através do exercício da cidadania se garantirá ao povo o respeito à dignidade da pessoa humana, princípio este, norteador de nosso ordenamento jurídico. Diante do exposto, fica evidente a garantia de direitos coexistentes inerentes à cidadania, direitos dentro de uma unidade orgânica, que neste contexto faz surgir a questão da possível influência dos fatos sociais violentos oriundos de um radicalismo em nossa sociedade, no sentido da interpretação e respeito aos direitos fundamentais de nossa ordem jurídica. A título de ilustração, será discutido no trabalho o caso das recentes prisões de brasileiros acusados de “preparação de atos terroristas”, ideia derivada de um suposto “crime de perigo”. Tais prisões foram fundamentadas na correspondência entre as condutas praticadas pelos indivíduos e as condutas tipificadas na Lei N° 13.260, de 16 de Março de 2016, que disciplinou o conceito de terrorismo no Brasil, condutas que teriam sido comprovadas por meio de invasão da privacidade dos indivíduos envolvidos em nome da paz social. Neste sentido, busca-se apresentar dados sociais obtidos em pesquisa de campo, trazendo estatísticas de ocorrências atípicas na vida de pessoas comuns, cidadãos que fazem o correto exercício de seus direitos constitucionais, e acabam sendo estereotipados por uma conduta reprovável praticada por alguns marginalizados à ordem jurídica, e por influência dos referidos fatos sociais disformes, sofrem certa exclusão social e por consequência, uma restrição material a direitos fundamentais inerentes da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: pluralismo; liberdade religiosa; terrorismo; informação.